



Prefeitura de Manaus
Manaus Previdência – MANAUSPREV
Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Previdenciário – Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.

Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
 - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
 - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
 - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
 - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
 - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

Atenção: Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
 - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
 - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
 - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
-
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
 - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
 - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
-
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
 - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
 - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
 - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
-
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
-
11. *As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.*
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
 - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
 - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



Atenção: Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária**; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.

O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebo o meu último suspiro".

Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.

* secreta: agente secreto.

** valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
- (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
- (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
- (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
- (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) proporção.
- (E) concessão.

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é

- (A) $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
- (B) $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
- (C) $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
- (D) $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
- (E) $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência $\underbrace{(777\dots77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$ é igual a
- (A) 9.
(B) 1.
(C) 3.
(D) 7.
(E) 0.
-
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.
(B) II está correta.
(C) III está correta.
(D) I e III estão corretas.
(E) II e III estão corretas.
-
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender $\frac{19}{20}$ do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.
(B) 15%.
(C) 16%.
(D) 18%.
(E) 19%.
-
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.
(B) 15h55.
(C) 16h11.
(D) 16h19.
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. Uma empresa adquiriu produtos para revenda e pagou os seguintes valores:

- Valor total pago ao fornecedor dos produtos:..... R\$ 500.000,00
- Valor pago por um seguro para transportar os produtos até a empresa: R\$ 25.000,00

No valor total pago ao fornecedor dos produtos adquiridos estavam incluídos os seguintes tributos:

- Tributos recuperáveis: R\$ 60.000,00
- Tributos não recuperáveis: R\$ 46.000,00

Todos os produtos adquiridos foram vendidos por R\$ 800.000,00 à vista, tendo sido concedido um desconto de 10% no momento da venda. Sobre o valor líquido da venda houve a incidência de impostos sobre vendas no valor de R\$ 70.000,00 e a empresa pagou R\$ 30.000,00 de comissão para seus vendedores. O valor do lucro bruto apurado pela empresa, relacionado apenas com estas transações de compra e venda foi, em reais,

- (A) 255.000,00
- (B) 125.000,00
- (C) 185.000,00
- (D) 155.000,00
- (E) 171.000,00

22. O Balanço Patrimonial da empresa Só Viagens S.A. apresentava, em 31/12/2020, um ativo intangível com vida útil indefinida (Marca) registrado pelo valor líquido de R\$ 800.000,00. A composição desse valor era a seguinte:

Custo de aquisição.....	1.000.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2019).....	(200.000,00)
(=) Valor contábil líquido do ativo.....	800.000,00

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment") em 31/12/2020, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível:

- Valor em uso..... R\$ 850.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda..... R\$ 700.000,00

O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Só Viagens S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais,

- (A) 800.000,00
- (B) 850.000,00
- (C) 700.000,00
- (D) 950.000,00
- (E) 1.000.000,00

23. Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 4.000.000,00, com as seguintes características:

- Data do empréstimo: 31/12/2018
- Prazo do contrato: 6 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano (juros compostos)
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 918.430,00, sendo pagas em 31/12 de cada ano

A empresa incorreu, adicionalmente, em custos de transação no valor total de R\$ 120.000,00, que foram pagos na data do empréstimo, sendo a taxa de custo efetivo do empréstimo de 11% ao ano. Em relação a esta operação, o

- (A) valor dos encargos financeiros de 2019 foi R\$ 918.430,00.
- (B) valor dos encargos financeiros de 2019 foi R\$ 400.000,00.
- (C) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2019 foi R\$ 3.481.570,00.
- (D) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2019 foi R\$ 3.388.370,00.
- (E) impacto total no passivo, na data da obtenção do empréstimo, foi R\$ 4.000.000,00.



24. A Demonstração do Resultado de uma empresa comercial, referente ao ano de 2020, apresentou as seguintes informações, com valores em reais:

Demonstração do Resultado 01/01/2020 a 31/12/2020	
Receita Bruta de Vendas.....	1.560.000
(-) Impostos sobre vendas	(420.000)
(=) Receita Líquida	1.140.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas.....	(660.000)
(=) <i>Lucro Bruto</i>	480.000
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	(80.000)
Despesas gerais.....	(40.000)
(=) <i>Lucro antes de Impostos</i>	360.000
(-) IR e CSLL	(107.000)
(=) Lucro Líquido	253.000

Sabe-se que o valor dos tributos recuperáveis pago na compra dos produtos vendidos no ano de 2020 foi R\$ 96.000,00 e que as despesas gerais englobam somente as despesas com salários. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa, no ano de 2020, foi, em reais,

- (A) 900.000,00
 (B) 804.000,00
 (C) 724.000,00
 (D) 480.000,00
 (E) 820.000,00

25. Uma empresa adquiriu uma máquina e incorreu nos seguintes gastos que foram pagos à vista:

– Custo de aquisição junto ao fornecedor.....	R\$ 25.000.000,00
– Gastos com instalação e customização da máquina	R\$ 2.000.000,00

A compra ocorreu no dia 30/06/2019. A empresa tem como política utilizar a máquina por 10 anos e o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil era R\$ 7.500.000,00. A empresa estima, também, que os gastos para a desmontagem e desinstalação da máquina, no final do 10º ano, totalizarão R\$ 3.300.000,00 e a taxa de juros vigente para a empresa na data da aquisição era 10% para o prazo de 10 anos. Tendo em vista que a máquina funciona ininterruptamente, a empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido. Se, no final do ano de 2019, a empresa identificou que não havia necessidade de redução do valor contábil da máquina (*Impairment*), a despesa de depreciação evidenciada na demonstração do resultado de 2019, para esta máquina foi, em reais,

- (A) 1.025.000,00
 (B) 875.000,00
 (C) 1.140.000,00
 (D) 1.350.000,00
 (E) 1.125.000,00

26. No dia 01/12/2020 uma empresa realizou aplicações financeiras que têm data de vencimento para 2022. As características e a forma de mensuração definida pela empresa para cada aplicação são encontradas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
400.000	Mensuração ao custo amortizado	1,5% a.m.	405.000
500.000	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	513.000
300.000	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	302.000

O impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado da empresa, do mês de dezembro de 2020, decorrente destas aplicações financeiras, foi, em reais,

- (A) 17.000,00
 (B) 18.000,00
 (C) 19.000,00
 (D) 20.000,00
 (E) 21.000,00

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

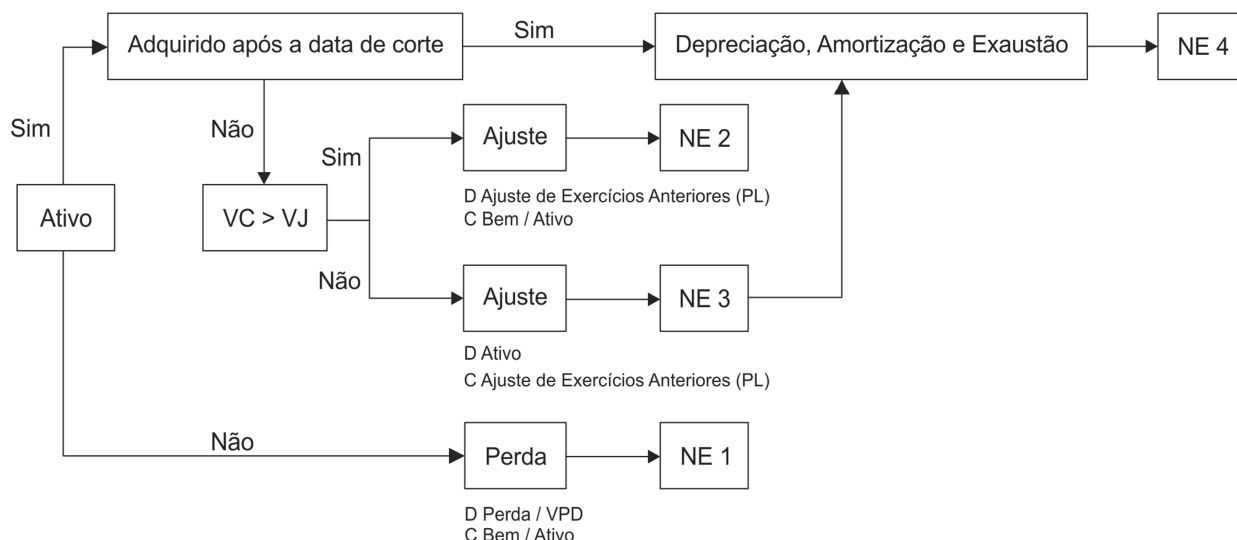
27. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual) estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP). Nesse contexto,
- (A) os conceitos aplicáveis aos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades públicas seguem o padrão internacional e são também aplicáveis às entidades privadas vinculadas que prestam serviços ao setor público.
 - (B) a informação contábil de propósito geral tem a finalidade de atender aos interesses da sociedade em geral e de grupos específicos, com condições integrais e suficientes de avaliação de desempenho das entidades do setor público por meio da análise da situação patrimonial e dos fluxos de caixa.
 - (C) são características do setor público incluídas no desenvolvimento da estrutura conceitual: significância das transações sem contraprestação, importância do orçamento e longevidade do setor público.
 - (D) uma das premissas da estrutura conceitual do setor público é que a principal razão de existência de ativos imobilizados e outros ativos é voltada para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
 - (E) a estrutura conceitual tem como principal objetivo a padronização e o afastamento das divergentes formas de regulação entre os países, em determinados setores da economia, evitando que governos se autorregulem ou regulem outras entidades do setor público.
28. Os elementos das demonstrações contábeis e sua importância estão descritos e definidos na Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. O elemento corretamente conceituado e exemplificado está em:

	Elemento	Conceito	Exemplo
A	Ativo	É um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.	Débito inscrito em dívida ativa, após trânsito em julgado que concluiu por cobrança indevida.
B	Receita	Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.	Recebimento de recursos oriundos de extinção de empresa dependente.
C	Passivo	É uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção pode resultar na saída de recursos da entidade.	Dano ambiental causado pela entidade com possível probabilidade de saída de recursos após sua ocorrência.
D	Despesa	Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.	Redução do potencial de serviços de um ativo.
E	Contribuição dos proprietários	Corresponde a saída de recursos da entidade para partes externas, como retorno sobre a participação no patrimônio líquido da entidade.	Pagamento de dividendos.

29. Dentre as Receitas de transação sem contraprestação estão incluídos recebimentos como os decorrentes de tributos, repartições tributárias, transferências voluntárias e doações. Quanto a estas transações, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece:
- (A) Os agentes arrecadadores intermediários (agente de governo ou terceiros) devem registrar o aumento de sua situação patrimonial líquida até que os recursos sejam efetivamente transferidos ao ente público controlador dos recursos.
 - (B) Para o ente recebedor, gera o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa e de um Ativo, além de uma Variação Patrimonial Diminutiva se houver custos de transação.
 - (C) Quando necessário que haja gasto relativo à consecução do recebimento de recursos sem contraprestação, a receita deve ser registrada pelo ingresso líquido de benefícios econômicos ou de potencial de serviços futuros.
 - (D) O registro da receita para o ente transferidor de repartições tributárias constitucionais, em obediência ao regime de caixa, deve ser realizado pelos valores brutos e o respectivo valor a transferir no passivo, por meio de provisão, no momento da arrecadação.
 - (E) A receita do ente recebedor de transferências voluntárias a título de auxílio ou assistência financeira concedido por outro ente deve ser reconhecida em contrapartida do ativo pertinente aos créditos de transferências a receber, independentemente de cláusula formalizadora.



30. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta um esquema de implementação da avaliação e depreciação de bens públicos, replicado a seguir:



Legenda:

- VC = Valor contábil
 VJ = Valor justo
 NE = Nota explicativa

(Disponível em: **MCASP**, 8.ed., p. 186)

Com base nas Notas Explicativas indicadas no esquema, a Nota Explicativa

- (A) NE 1 pode apresentar circunstâncias que levaram ao reconhecimento de perda no valor recuperável do bem mensurada em processo de reavaliação.
- (B) NE 2 e a Nota Explicativa NE 3 podem conter a indicação da data de corte adotada, da data do estudo para cálculo do ajuste e a identificação do avaliador responsável.
- (C) NE 3 pode conter o montante total do impacto diminutivo causado pela desvalorização estimada.
- (D) NE 4 pode conter as circunstâncias que levaram à reversão da perda por desvalorização.
- (E) NE 1 pode estabelecer, para cada bem baixado por perda, indicação do valor contábil que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados pelo método de custo.
-
31. Dentre os procedimentos contábeis específicos apresentados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estão os pertinentes às transações entre entes empregadores e respectivos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O registro contábil de uma folha de pagamento bruta de R\$ 3.000,00 do ente empregador, a contribuição dos servidores de R\$ 500,00, a contribuição patronal de R\$ 1.000,00 e o aporte por insuficiência financeira de R\$ 2.000,00 provocam os seguintes impactos nas contas do ente empregador e no RPPS, considerando apenas o sistema orçamentário:
- (A) Ente empregador: crédito empenhado liquidado pago = R\$ 4.000,00; e, no RPPS: Receita Realizada = R\$ 1.500,00.
- (B) Ente empregador: crédito empenhado liquidado pago = R\$ 3.000,00; e, no RPPS: Receita Realizada = R\$ 1.500,00.
- (C) Ente empregador: crédito empenhado liquidado pago = R\$ 6.000,00; e, no RPPS: Receita Realizada = R\$ 3.500,00.
- (D) Ente empregador: crédito empenhado liquidado pago = R\$ 6.500,00; e, no RPPS: Receita Realizada = R\$ 3.500,00.
- (E) Ente empregador: crédito empenhado liquidado pago = R\$ 3.500,00; e, no RPPS: Receita Realizada = R\$ 1.000,00.
-
32. Quanto aos atributos da conta contábil e seus objetivos, o Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional estabelece:
- (A) Os atributos conceituais se resumem em descrever a natureza dos atos e fatos registráveis na conta e a natureza do saldo, se credor ou devedor.
- (B) A estrutura numérica e o nome que identifica o objeto de uma conta não são considerados atributos da conta contábil.
- (C) O indicador do superávit orçamentário é um dos atributos legais da conta contábil, assim como o da dívida consolidada líquida.
- (D) Os atributos financeiros (F) e permanente (P) permitem a apuração do superávit financeiro do Balanço Patrimonial, tendo como critério básico a segregação em ativos e passivos circulantes e não circulantes.
- (E) Para apuração do superávit financeiro, os atributos levam em conta que os passivos que dependem de autorização orçamentária para amortização integram o passivo permanente.



33. O objetivo da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é demonstrar as modificações ocorridas no patrimônio por fatos gerados no exercício. A seguir, consta a DVP de um Instituto de Previdência, com valores em reais.

Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPSM

Variações Patrimoniais Quantitativas	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria		
Contribuições sociais	52.000	50.000
Exploração e venda de bens, serviços e direitos		
VPAs financeiras	600	500
Transferências e delegações recebidas	100.000	80.000
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos		
Outras VPAs	5.000	5.300
Total das VPAs (I)	157.600	135.800
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)		
Pessoal e encargos	15.600	15.300
Benefícios previdenciários e assistenciais	132.000	120.000
Uso de bens e serviços e consumo de capital fixo	20	800
VPDs financeiras		
Transferências e delegações concedidas	1.400	
Desvalorização e perda de ativos e Incorporação de passivos	200	
Tributos e contribuições		50
Custo das mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados		
Outras VPDs		
Provisões matemáticas	24.000.000	14.000.000
Total das VPDs (II)	24.149.220	14.136.150
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I) – (II)	-23.991.620	-14.000.350

Considerando que referido Instituto de Previdência adota as normas e procedimentos ditados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na DVP,

- (A) as receitas e despesas são tratadas no conceito orçamentário e incluem as mutações ativas e passivas para compensar as despesas e as receitas orçamentárias que não provocam modificações no patrimônio líquido.
- (B) para apurar o valor do Patrimônio Líquido do Exercício, o Resultado Patrimonial apurado deve ser complementado com os fatos não orçamentários, denominados acréscimos e decréscimos patrimoniais.
- (C) o valor de R\$ 52.000,00 referente às Contribuições sociais exclui as contas intraorçamentárias, para atendimento às regras de consolidação das demonstrações contábeis.
- (D) a despesa com depreciação reconhecida no exercício de 2020 é maior que R\$ 100,00.
- (E) a principal causa dos déficits patrimoniais apurados decorre do passivo apurado em cálculo atuarial.
-
34. No cálculo de apuração da despesa total com pessoal, dentre os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, computam-se, além de salários, encargos patronais, gratificações e horas extras, as despesas
- (A) de indenização por demissão de servidores ou empregados e inativos custeados com recursos da compensação financeira.
- (B) relativas a incentivos à demissão voluntária e inativos custeados com recursos decorrentes da alienação de bens e do superávit financeiro.
- (C) decorrentes de decisão judicial de competência em período anterior aos onze meses imediatamente anteriores ao da apuração.
- (D) com inativos custeadas com recursos públicos provenientes dos impostos.
- (E) com inativos custeadas com recursos próprios e com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.

**Administração Financeira e Orçamentária**

35. Uma proposta de emenda ao projeto de Lei do Orçamento Anual em dispositivo que incide sobre o serviço da dívida foi aprovada com a indicação de que os recursos necessários foram provenientes de anulação de despesa. Essa aprovação pode ser considerada
- (A) legal, uma vez que há previsão constitucional para a alteração de dispositivo do projeto de Lei do Orçamento Anual por meio de anulação de despesa.
 - (B) ilegal, uma vez que a alteração não poderia ter sido mediante anulação de despesa.
 - (C) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) ilegal, uma vez que não há previsão legal para alteração do projeto de Lei do Orçamento Anual, em dispositivo que incida sobre o serviço da dívida.
 - (E) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto do Plano Plurianual.

36. Um determinado ente da federação apurou e verificou que, num período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes superou 95%. Nesse caso, a Constituição federal prevê, enquanto permanecer a situação, aplicar mecanismo de ajuste fiscal de modo
- (A) obrigatório para vedação à criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
 - (B) facultativo para vedação à contratação de pessoal para reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos.
 - (C) obrigatório para vedação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
 - (D) facultativo para vedação à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
 - (E) obrigatório para vedação à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder.

37. Um determinado ente da federação contabilizou gastos com:

- I. pensionistas.
- II. proventos de aposentadoria.
- III. indenização por demissão de servidores.
- IV. incentivos à demissão voluntária.
- V. encargos sociais.

O cômputo para a apuração dos gastos com pessoal desse ente, nos termos ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve considerar os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

38. Um determinado ente da federação consignou em seu orçamento ajuda financeira a uma empresa de fins lucrativos. Segundo a Lei nº 4.320/1964, essa ajuda pode ser considerada
- (A) legal, desde que a empresa atue na área da educação, saúde ou assistência social.
 - (B) legal, desde que se trate de subvenção cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
 - (C) ilegal, uma vez que não há possibilidade para concessão de recursos públicos a empresas de fins lucrativos.
 - (D) ilegal, uma vez que ajuda a empresa de fins lucrativos é despesa extraorçamentária.
 - (E) legal, sendo a despesa classificada como transferência de capital.

39. Considere as seguintes operações:

- I. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.
- II. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da Administração indireta, que não se destinem a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- III. Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito por empresas estatais dependentes.
- IV. Recebimento de lucros e dividendos de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, na forma da legislação;

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, há permissão legal para as operações indicadas nos itens

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, apenas.



40. Um determinado ente da federação realizou confissão de dívidas. Esse ato, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é equiparado a
- (A) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (B) dívida flutuante.
 - (C) dívida pública mobiliária.
 - (D) concessão de garantia.
 - (E) operação de crédito.

Matemática Financeira

41. Jorge, conforme orientação do gerente de um banco, aplica $\frac{2}{5}$ de seu capital a uma taxa de juros simples de 9% ao ano, durante o período de 9 meses. Na mesma data, ele aplica todo o restante do capital a uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre, durante 1 ano. Dado que o valor dos juros referente à aplicação com a taxa de juros compostos foi igual a R\$ 1.230,00, obtém-se que o valor dos juros, em reais, referente à aplicação com a taxa de juros simples é igual a
- (A) 840,00
 - (B) 600,00
 - (C) 540,00
 - (D) 720,00
 - (E) 1.080,00
42. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados, em uma mesma data, em um banco 4 meses antes de seus vencimentos. Para um dos títulos, utilizou-se a operação de desconto comercial simples a uma taxa de desconto de 12% ao ano e para o outro título utilizou-se a operação de desconto racional simples a uma taxa de desconto, também, de 12% ao ano. Sabendo-se que o valor do desconto segundo a operação de desconto racional simples foi de R\$ 800,00, então o valor da soma dos respectivos valores atuais foi, em reais, de
- (A) 40.800,00
 - (B) 39.936,00
 - (C) 39.950,00
 - (D) 39.968,00
 - (E) 41.600,00
43. Em um período em que a taxa de inflação foi igual a 12%, um investidor obteve em uma aplicação uma taxa real de juros de 5%. Portanto, se ele aplicou no início do período R\$ 15.000,00, então no final do período o correspondente valor do montante foi, em reais, igual a
- (A) 18.000,00
 - (B) 17.550,00
 - (C) 17.000,00
 - (D) 16.800,00
 - (E) 17.640,00

44. Um equipamento adquirido por uma empresa no início de um ano deverá ser pago por meio de 3 prestações de valores iguais, sendo que a primeira deverá ser paga no ato da compra, a segunda deverá ser paga no final de 1 ano e a terceira no final de 2 anos. Considerando a taxa de juros compostos de 10% ao ano e que o valor do equipamento à vista é de R\$ 39.720,00, obtém-se que o valor, em reais, de cada prestação é igual a
- (A) 14.520,00
 - (B) 16.020,00
 - (C) 14.564,00
 - (D) 14.641,00
 - (E) 15.270,00

Noções de Direito Constitucional

45. Uma professora de ensino fundamental, que ingressou na rede privada em 2020, sem vínculo ou exercício de atividade laboral remunerada anterior, pretende manter-se na carreira até o momento de aposentar-se. Considerando esses elementos à luz das regras atuais previstas na Constituição Federal, além de comprovar tempo mínimo de efetivo exercício das funções, para que referida professora faça jus à aposentadoria, deverá cumprir
- (A) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (B) somente o requisito de tempo mínimo de contribuição.
 - (C) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (D) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
 - (E) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.



46. Brasileiro naturalizado, de 31 anos de idade, pretende concorrer a um cargo eletivo para exercício de mandato em órgãos do Poder Executivo ou Legislativo nas esferas federal ou estadual. Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal, o interessado está apto a concorrer
- (A) ao cargo de Vice-Presidente da República, mas não poderá concorrer ao cargo de Presidente da República.
 - (B) a todos os cargos do Poder Legislativo, mas, se eleito, não poderá concorrer aos cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e de Presidente do Senado Federal.
 - (C) ao cargo de Governador, Vice-Governador e Senador.
 - (D) ao cargo de Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal, mas, se eleito, não poderá concorrer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) a todos os cargos eletivos para exercício de mandato nas esferas estadual e federal.

47. Em relação às ações que se destinam a tutelar os direitos fundamentais, a Constituição Federal prevê que
- (A) não é admitida a ação privada nos crimes de ação pública.
 - (B) o *habeas data* é a ação cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, mas não para a retificação de dados, que demanda processo sigiloso.
 - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional.
 - (D) o mandado de injunção será concedido sempre que norma regulamentadora de dispositivo constitucional tornar inviável as prerrogativas inerentes à nacionalidade.
 - (E) apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública são partes legítimas para a propositura de ação popular.

48. Considere as seguintes afirmações sobre o regime constitucional de Administração e servidores públicos:
- I. É garantido ao servidor público civil, o direito à livre associação sindical.
 - II. A investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.
 - III. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - IV. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos e naturalizados e desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

À luz da Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

Noções de Direito Administrativo

49. Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere
- (A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.
 - (B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.
 - (C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável, nesse aspecto, em determinados casos.
 - (D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exteriorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.
 - (E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.



50. A demonstração de lesão ao erário, com efetiva comprovação de desvio ou apropriação de recursos, é imprescindível para
- (A) tipificação das modalidades de ato de improbidade, prescindindo-se, no entanto, da demonstração de culpa.
 - (B) imposição de penalidade a servidor, pela tipificação de infração disciplinar que também configure ato de improbidade.
 - (C) configuração das modalidades dolosas e culposas de ato de improbidade, aliada à demonstração de ofensa aos princípios da Administração pública.
 - (D) tipificação da modalidade de ato de improbidade de mesmo nome, que autoriza a aplicação de pena de perda dos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio do agente público responsável.
 - (E) presunção de culpa do servidor pela infração disciplinar homônima, ensejando, ademais, agravamento da pena.
-
51. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
 - (B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.
 - (C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.
 - (D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
 - (E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
-
52. O processo administrativo regido pela Lei Federal nº 9.784/1999
- (A) sujeita-se ao princípio da inércia, não podendo ser instaurado de ofício.
 - (B) não admite a participação de terceiros interessados, considerando o caráter sigiloso decorrente das inafastáveis operações de tratamento de dados envolvidas.
 - (C) não admite delegação de competência de qualquer natureza, considerando que todas as matérias são sujeitas à competência exclusiva.
 - (D) admite que as provas ilícitas sejam sanadas, excepcionalmente, quando se prestarem à busca da verdade real.
 - (E) permite que o interessado apresente documentos mesmo após o encerramento da fase instrutória, se antes de proferida a decisão.
-

Noções de Direito Previdenciário

53. Ulisses é analista do Poder Judiciário e Afrodite é professora de ensino superior lecionando em Universidade Federal de Administração, sendo ambos servidores públicos da União vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social, e estão requerendo o direito à aposentadoria. Nesse caso, conforme regras contidas na Constituição Federal, Ulisses e Afrodite, respectivamente, devem contar com
- (A) 70 e 65 anos de idade.
 - (B) 70 e 55 anos de idade.
 - (C) 65 e 57 anos de idade.
 - (D) 62 e 57 anos de idade.
 - (E) 65 e 62 anos de idade.
-
54. Conforme regras previstas na Constituição Federal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo
- (A) oferecerá plano de benefícios nas modalidades de contribuição definida e variável.
 - (B) será instituído na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
 - (C) será efetivado apenas por entidade aberta de previdência complementar.
 - (D) somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
 - (E) poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, desvinculada da prévia e expressa opção do servidor.
-
55. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) não poderá ser inferior ao valor da metade da contribuição do segurado.
 - (B) não poderá exceder, a qualquer título, dois terços da contribuição do segurado.
 - (C) poderá exceder, quando houver déficit orçamentário comprovado, até o dobro da contribuição do segurado.
 - (D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (E) não poderá ser superior ao triplo da contribuição do servidor ativo.
-



56. Conforme normas constitucionais, alteradas pela Emenda Constitucional nº 103/2019,
- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, com contribuição exclusiva do respectivo ente federativo e de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) o servidor público da Administração direta no exercício de mandato eletivo, que for segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, devendo migrar para o regime geral.
 - (C) é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes sem previsão legal que extinga regime próprio de previdência social.
 - (D) poderão ser estabelecidos, por lei ordinária do ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores públicos em atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, sendo permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
 - (E) aplicam-se as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal para o Regime Próprio de Previdência Social da União, não cabendo qualquer requisito ou critério fixado para o Regime Geral de Previdência Social.

Legislação Municipal

57. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005 e suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus/AM, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) Proteção à criança e ao adolescente.
 - (B) Cuidados com a maternidade.
 - (C) Aposentadoria compulsória.
 - (D) Auxílio-reclusão.
 - (E) Acidente em serviço.
-
58. Nos termos da lei municipal que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manaus/AM, são beneficiários do regime, na condição de dependente do segurado:
- (A) o companheiro, enquanto perdurar a união estável.
 - (B) o cônjuge, até o prazo de dois anos após a dissolução do casamento.
 - (C) os filhos desde que menores de dezoito anos, não emancipados de qualquer condição.
 - (D) o irmão ainda que emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos.
 - (E) os avós inválidos, desde que a invalidez seja pré-existente ao óbito do segurado.
-
59. Sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência (MANAUSPREV), a legislação municipal dispõe:
- (A) A MANAUSPREV é uma autarquia integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) O Conselho Municipal de Previdência é órgão colegiado consultivo, integrado por nove conselheiros titulares e respectivos suplentes.
 - (C) O Conselho Diretor é composto por Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Previdência que serão nomeados pela Câmara Municipal para mandato de dois anos, sujeito a uma recondução.
 - (D) A indicação do Superintendente de Investimentos será efetuada pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo Conselho Diretor, sendo nomeado para mandato de dois anos, admitida a recondução.
 - (E) O Quadro de Pessoal da MANAUSPREV é composto por cargos públicos, para provimento em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e em comissão, de livre nomeação e exoneração.
-
60. Servidor público do Município de Manaus que praticar conduta reprovável, por ação ou omissão, e em desconformidade com dever jurídico a ele imposto,
- (A) deverá responder a processo judicial, perdendo o cargo na hipótese de ser considerado culpado por crime contra Administração, hipótese em que a Administração pública está obstada de apurar os mesmos fatos.
 - (B) poderá responder a processo administrativo disciplinar, cuja instauração é ato de competência exclusiva do Chefe do Executivo.
 - (C) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, o Prefeito Municipal.
 - (D) poderá responder a processo judicial, independentemente da natureza da infração cometida, em razão do controle judicial exercido sobre os atos da Administração.
 - (E) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.